



Revista Brasileira de Ciências Sociais

ISSN: 0102-6909

anpocs@anpocs.org.br

Associação Nacional de Pós-Graduação e

Pesquisa em Ciências Sociais

Brasil

Peirano, Mariza

IDENTIFIQUE-SE! O caso Henry Gates versus James Crowley como exercício antropológico

Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 26, núm. 77, outubro, 2011, pp. 63-77

Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais

São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=10721128008>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto



IDENTIFIQUE-SE!

O caso Henry Gates *versus* James Crowley como exercício antropológico

Mariza Peirano



No mundo moderno, documentos são objetos indispensáveis, sem os quais não conseguimos demonstrar que somos quem dizemos ser. Precisamos de provas materiais que atestem a veracidade da nossa autoidentificação, já que, por nós próprios, esse reconhecimento é inviável. Nossa palavra não é suficiente, e, sendo assim, estes pequenos objetos que carregamos nos bolsos e nas bolsas – geralmente de papel plastificado (como a carteira de identidade ou a de motorista), de plástico (CPF e cartões de crédito), ou livretos de papel timbrado e numeração própria (passaporte e carteira de trabalho), mais tradicionais (título de eleitor), ou mais atuais (com código de barras, dados biométricos e tarjetas magnéticas) –, emitidos por órgãos legalmente autorizados, servem como amuletos modernos que abrem portas e, na sua ausência, fecham-nas.¹

Artigo recebido em 13/06/2011
Aprovado em 13/09/2011

Identidade, noção de pessoa, concepção de indivíduo, técnicas corporais – todos estes são temas clássicos e continuamente recorrentes na antropologia. Contudo, ainda que o tópico dos documentos tenha aí sua fundamentação teórica, interessa-me, neste ensaio, não a discussão conceitual abstrata, mas o exame dos mecanismos por meio dos quais são realizados os processos que resultam em algum modo de tipificação. Interesso-me, em especial, pela distinção entre as várias formas que utilizamos para classificar e singularizar a nós e às pessoas em nosso redor. Assim, em vez de identidade como fenômeno sociológico, meu campo de investigação converge para a classificação. Aquilo que denominamos “identidade” geralmente não leva em consideração que se trata de um processo em permanente movimento, precário e variável, e que envolve mais de uma pessoa, além da convenção que as une.²

Neste artigo, o evento etnográfico central ocorreu em julho de 2009 em torno da prisão de Henry



Louis Gates Jr. pela polícia da cidade de Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos. Especialista reconhecido (embora controverso) em estudos afro-americanos da Universidade de Harvard, Gates foi preso após uma denúncia de arrombamento da porta de entrada de uma casa no centro nobre da cidade que, afinal, era sua própria residência. Depois de apresentar o evento pelos olhos da mídia, examino a diferença proposta pelo historiador Valentin Groebner (2007) entre “reconhecimento” e “identificação” – dois processos distintos que, definidos adiante, se baseiam na comparação entre uma pessoa e suas características. Esses dois modos esclarecem aspectos do caso em pauta, o que me faz recontá-lo à luz desses dois processos. Em uma pausa, examino então o dossiê sobre o incidente, produzido por um comitê independente e divulgado um ano depois, em que os principais personagens, o professor e o policial que o prendeu, são considerados “faltosos” (*at fault*) em termos de responsabilidade em relação à segurança pública. Finalizo convocando Charles Peirce para dialogar com Groebner e para introduzir o mecanismo do *profiling* e, assim, arrematar a discussão sobre as lógicas implícitas na singularização de uma pessoa por meio de papéis formais. Embora hoje os documentos de identidade obtenham o reconhecimento social legítimo, eles convivem com outras formas menos autorizadas, mas não menos familiares no nosso dia a dia. Esta ampliação do ideário moderno é a possível contribuição deste exercício.

Antes, porém, uma nota importante: embora o evento que focalizo tenha um componente racial que, inclusive, provocou sua intensa divulgação na mídia, não me concentrarei neste aspecto específico. Muito já se escreveu sobre racismo e identificação, mas minha abordagem é etnográfica – na qual importam os dados nativos e seu lugar no conjunto de ideias e valores – e (talvez) pré-sociológica – na qual, ao procurar o sentido lógico das classificações no mundo moderno, enfatizo sua base semiótica.³ Assim, o caso torna-se interessante basicamente por seu conteúdo polêmico e sensível no contexto norte-americano. Ao procurar iluminar os mal-entendidos do evento, no entanto, inevitavelmente a discussão será também sobre racismo, mas é fundamental ter em mente que a análise e as conclusões aqui apresentadas têm a pretensão de serem válidas em outros contextos.

O episódio

O relato da prisão do professor Henry Louis Gates, ocorrido no dia 16 de julho de 2009, em Cambridge, Massachusetts, foi divulgado apenas no início da semana seguinte pelo *The Harvard Crimson*.⁴ *The Crimson*, como é conhecido, é um jornal universitário diário, de grande prestígio na comunidade local de alunos, professores e população em geral.⁵ Segundo relato do jornal, o boletim policial sobre o incidente dizia que Henry Gates, então com 58 anos, diretor do W. E. B. Du Bois Institute for African and African American Studies, da Universidade de Harvard, havia sido preso pela polícia de Cambridge logo após o meio-dia da quinta-feira anterior por “exibir comportamento agitado e turbulento”, durante o qual ele supostamente acusou os policiais presentes de racismo. O boletim de ocorrência dizia que uma mulher havia chamado a polícia depois de ver dois homens à porta de uma casa e um deles “forçar com o ombro a porta da frente para abri-la”. Um sargento, que estava na redondeza quando o chamado foi registrado pelo número 911, dirigiu-se para o endereço e foi mal recebido pelo professor, que exclamava seguidamente em voz alta de que “[i]sto é o que acontece com negros na América!” quando lhe foi solicitada uma identificação e, ainda de acordo com o boletim, repetia seguidamente que o policial não sabia “com quem estava se metendo”.⁶ Os dois homens foram, então, para a varanda, onde já estavam presentes outros policiais da cidade de Cambridge e da Universidade de Harvard, enquanto Gates continuava a gritar que o sargento era racista, chamando a atenção de mais ou menos sete transeuntes “surpresos e assustados”.⁷ Contatada pela redação do jornal, a assistente do professor explicou que, sendo um período de férias acadêmicas, ele estava filmando documentários no exterior e só faria visitas rápidas a Cambridge durante aquele verão.

Nesta primeira reportagem do *The Crimson*, assim como nas seguintes e em outros meios de comunicação, a controvérsia a respeito dos fatos jamais se resolveu, ora abrindo espaço para o porta-voz de Gates, o advogado Charles Ogletree, professor da Law School da mesma universidade, ora para o boletim do Departamento da Polícia



de Cambridge. Durante os primeiros dias, Gates absteve-se de comentar o caso e refugiou-se em sua casa de veraneio, na ilha de Martha's Vineyard, ao sul de Massachusetts.

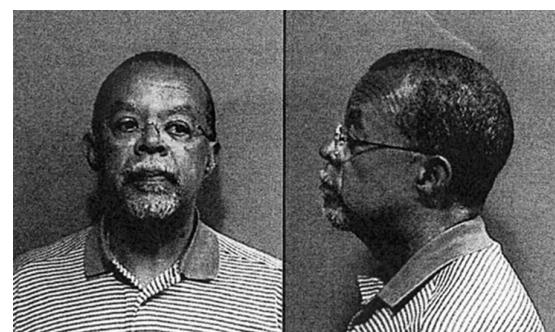
Ao ser procurado, revela ainda *The Crimson*, o professor Oglethorpe explicou as condições em que Gates foi preso: ele chegava da China, depois de uma longa viagem, e simplesmente não conseguiu abrir a porta da casa. O motorista do carro então o ajudou a forçá-la e a carregar sua bagagem para dentro. Ainda de acordo com o mesmo relato, Gates notou a presença de um policial na varanda no momento em que telefonava para o serviço imobiliário da universidade pedindo que consertassem o defeito da porta. Ele permaneceu dentro da casa quando o sargento pediu que saísse, mas teria fornecido a ele tanto a identificação de Harvard quanto sua carteira de motorista como prova de que ensinava na universidade e vivia na casa. Ao mesmo tempo, Gates teria pedido ao policial o número da sua credencial e seu nome, sem receber resposta.

Diferente desta versão, o sargento relatou no boletim que forneceu múltiplas vezes seu nome e credencial a Gates, e que o professor talvez não tivesse ouvido porque simplesmente continuava gritando, o que o fez sair da casa e propor que continuassem a discussão na varanda. A essa proposta, Gates teria respondido: "Ya, I'll speak with your mama outside". O sargento advertiu-o sobre seu comportamento turbulento e, não sendo atendido, prendeu Gates por "conduta desordeira" na varanda.⁸ O boletim ainda nota a queixa de Gates sobre o desconforto que as algemas produziam em um deficiente, o que fez com que os policiais colocassem as algemas não nas mãos às costas, mas à sua frente.⁹ A polícia de Cambridge manteve Gates preso por quatro horas, antes de soltá-lo naquela mesma tarde.

A notícia do *The Crimson* termina com um breve currículo de Henry Louis Gates: chefe do Departamento de African and African American Studies de Harvard de 1991 a 2006, fez seu mestre-dado e doutorado em Literatura Inglesa na Universidade de Cambridge, Inglaterra, depois de completar sua graduação em História na Universidade de Yale. Em 1981, recebeu da MacArthur Foundation uma bolsa Genius Grant e, em 1997, foi nomeado um dos "25 americanos mais influentes" pela

revista *Time*. Gates é conhecido pela série *African American lives*, da rede de televisão PBS (Public Broadcasting Service), sobre as histórias de famílias eminentes "African Americans".

Do dia 21 em diante a notícia tomou conta dos meios de divulgação, locais, nacionais e mesmo da imprensa internacional: de *The Boston Globe*, *The Washington Post*, *The New York Times*, CBS e ABC News, CNN Transcripts, até sites como The Root (editado pelo próprio Gates). Naturalmente, o caso chamava a atenção pelo inusitado fato de um aclamado *scholar* ter sido preso no momento que entrava em sua própria casa, confundido com um invasor. Nos primeiros dias, o foco dirigia-se a Gates, vítima do mal-entendido. Pouco se falava sobre o sargento Crowley, responsável pela prisão. A referência à ação policial recaía na corporação. Crowley permaneceu na sombra.



Para dezenas de referências a artigos publicados na imprensa nacional, assim como as fotos aqui reproduzidas do momento da prisão na varanda e do prontuário policial de Gates, consultar a Wikipedia (<http://en.wikipedia.org/wiki/Henry_Louis_Gates_arrest_controversy>).



As versões contraditórias, no entanto, não desapareceram, mesmo com a exposição mais ampla do caso. Ao contrário, a divulgação reforçou-as: por exemplo, o fato de o policial argumentar que Gates apenas apresentou a carteira da universidade quando questionado sobre sua identidade contrariava a insistência de Gates de que havia também apresentado a carteira de motorista, ambas com sua fotografia, sendo que na última constava seu endereço. Outra contradição recorrente dizia respeito ao tumulto e aos gritos de Gates: estabelecidos como o motivo da detenção, o professor argumentava que o pretexto era inacurado porque estava incapacitado, naquele momento, de gritar devido a uma infecção nos brônquios. Gates também negou, em entrevista, ter feito qualquer referência pejorativa à mãe do policial. Ainda outra questão relacionava-se ao fato de o sargento James Crowley dizer ter sido acusado por Gates de *racial profiling* – expressão usada para indicar o preconceito racial via aparência –, o que substanciava o pedido de desculpas formal que passou a exigir do policial. O sargento negou a intenção de fazê-lo, sendo apoiado pela Associação dos Oficiais Superiores da Polícia de Cambridge, que considerou seu comportamento consistente com o treinamento policial e com os padrões aplicáveis ao caso.¹⁰

Naquele momento, isto é, na semana seguinte ao evento, um grande número de personalidades foram entrevistadas, e a espinhosa questão do racismo apareceu explícita: o governador de Massachusetts, Deval Patrick, negro, sentiu-se “perturbado” pela situação; a prefeita de Cambridge, também negra, Denise Simmons, sugeriu que o incidente poderia ter um lado positivo se tomado como “um momento de aprendizado”; os defensores do policial Crowley, então com 42 anos, argumentavam que ele não apenas era dedicado e um profissional correto (*by the book*), mas tinha sido escolhido por um superior, coincidentemente negro, para ser o instrutor de um curso, não mais nem menos, de *racial profiling* na Lowell Police Academy, curso que ministra desde 2004.¹¹ O policial Crowley continuou sendo apoiado publicamente por seus colegas, muitos deles negros, que o descreveram como um policial bom e justo. Um deles, Leon Lashley, presente ao incidente, disse que apoiava totalmente o comportamento de Crowley, embora acrescentasse que, tivesse sido

ele o primeiro a chegar na cena e iniciado o contato com Gates, o resultado possivelmente teria sido diferente. Em entrevista para a CNN, o general Colin Powell – para a mídia, sempre um exemplo de moderação nas questões raciais difíceis – procurou ver os dois lados da questão: a respeito de Gates, sugeriu que o professor deveria ter pensado melhor se aquele era o momento para criar tamanha agitação; em relação a Crowley, indicou que a intervenção de um supervisor poderia ter ajudado porque, ao reconhecer que Gates estava em sua casa, provavelmente tiraria as algemas e “deseja[ria] boa noite ao professor”.¹² A reitora da universidade de Harvard, Drew Faust, disse ter se sentido muito afetada pelo incidente, acrescentando que “o legado das injustiças raciais continuam a ser uma parte infeliz e dolorosa da experiência americana”.¹³

A despeito das controvérsias, a acusação policial foi retirada na terça-feira seguinte: um comunicado conjunto da prefeitura (City of Cambridge), do Departamento de Polícia e do próprio Gates considerava que o incidente tinha sido “lamentável e infeliz”. Tudo parecia chegar ao fim quando, no meio de uma entrevista coletiva sobre o novo sistema de saúde que pretendia aprovar, o presidente Barack Obama, ex-aluno de Harvard e amigo de Gates, não resistiu ao ser perguntado sobre o incidente. Confessando que tinha um certo *bias* em relação ao assunto, disse que qualquer pessoa ficaria bastante irritada ao se ver no lugar de Gates. Para ele, a polícia tinha agido “estupidamente” ao prender quem tinha provado estar em sua residência.¹⁴

No momento em que se considerava o caso resolvido com o comunicado apaziguador dos envolvidos, as considerações de Obama reacenderam a questão.¹⁵ Neste novo contexto, a figura do sargento Crowley, até então um personagem secundário, ganhou espaço na mídia: com o apoio do Departamento de Polícia de Cambridge, os oficiais sentiram-se insultados pelo comentário de Obama e reforçaram o apoio ao policial, que não teria feito nada mais do que seguir o protocolo.¹⁶

A partir deste momento, Crowley passou a receber atenção especial da imprensa e, ao ser entrevistado, disse que o presidente Obama não conhecia todos os fatos. Especificamente, comentou que, pior do que as palavras do professor, foi o tom que usou:



embora ele não tivesse a aparência de quem invade uma casa, o tom de sua voz era perturbador, especialmente agora que sabia que Gates era um acadêmico. Argumentou que estava apenas se protegendo quando pediu que ele saísse e se identificasse, já que não o conhecia. Crowley reafirmou que tentou se identificar repetidas vezes, mas o professor gritava tão alto que não o ouvia. E, à sugestão de que se acalmasse e baixasse a voz, não foi atendido. Da mesma maneira, insistiu que Gates apenas mostrou o cartão de identidade da universidade quando pediu sua identificação. Tivesse ele mostrado a carteira de motorista, “isto teria ajudado”.¹⁷ E, mais uma vez, nega o pedido de desculpas: “Esta desculpa não virá. Não virá de mim como Jim Crowley, nem virá de mim como sargento do departamento de polícia de Cambridge. Sei que fiz o que era correto. Não tenho por que me desculpar”.¹⁸ Mas, tendo o incidente adquirido as proporções que tomou, diz ter, sim, um pedido de desculpa – o de desconhecer Gates: “Desculpo-me por não saber quem era o professor Gates, mas continuo pasmo que alguém com seu grau de inteligência desça a tal nível, ao insultar-me, acusar-me de racista, de *racial profiling*”.

A interferência de Obama multiplicou as notícias: artigos sobre a narrativa do racismo nos Estados Unidos, sobre os dois mundos que colidiram em Cambridge naquela quinta-feira, sobre a forma como policiais se conduzem em face do abuso verbal, sobre a arrogância diante de policiais, sobre a presunção dos policiais e sobre o fenômeno do *racial profiling* – todos estes temas se seguiram na imprensa ao comentário do presidente.¹⁹

Situado no centro da controvérsia e não podendo se recusar a algum tipo de interferência pacificadora, duas semanas após o incidente em Cambridge Obama convidou os dois personagens para uma cerveja na Casa Branca, no final da tarde. Repórteres tiveram quarenta segundos para fotografar o encontro, de uma distância de onde não se podia ouvir a conversa. Como se vê na foto divulgada pela mídia, o vice-presidente Joe Biden foi incluído no que a imprensa chamou de *beer summit*, produzindo, com sua presença, um curioso equilíbrio. Ao redor de uma mesa redonda, os pares opostos incluíam dois homens em mangas de camisa (o presidente e seu vice, ao fim de um dia de tra- ba-

lho) e dois cidadãos “comuns”, vestidos de terno (os visitantes); entrecruzando-se, dois “negros” com raízes em Harvard e dois trabalhadores “brancos” (foi notado que, no episódio, Joe Biden realçou seu vínculo com os *blue-collar* americanos). Ninguém pediu desculpas a ninguém.



Foto copiada do artigo “Over beers, no apologies, but plans to have lunch”, *NYT*, 30 jul. 2009.

Repórteres e fotógrafos tinham se posicionado à espera do encontro, todos sabendo que também as famílias do professor Gates e do sargento Crowley haviam sido incluídas no convite para conhecer a Casa Branca. Assim, ao surgir, de repente, um grupo de cinco pessoas “brancas”, os jornalistas se questionaram se aqueles seriam os visitantes Crowley. Uma repórter não resistiu e os abordou: “Excuse me, may I ask who you are?”. A resposta imediata de quem conhecia as implicações da pergunta: “Not who you think”.²⁰

Groebner: reconhecimento e identificação

A pergunta da repórter nos leva diretamente ao livro *Who are you?* (Groebner, 2007). Mudamos aqui de registro para trazer à discussão este texto instigante e atraente, com um forte apelo antropológico pela maneira como é capaz de se deter em detalhes etnográficos significativos da pesquisa histórica, sem desconsiderar situações equivalentes contemporâneas.²¹

Groebner torna evidente, por exemplo, como as técnicas e os procedimentos de identificação atuais têm vínculo estreito com métodos utilizados, pelo menos, desde o século XIII, quando não existiam a assinatura, a fotografia e a impressão digital a



que estamos habituados. Como a identificação não pode prescindir de objetos externos, o autor dedica grande parte do livro a examinar cartas, certificados, selos, brasões, emblemas e outros aparatos que codificavam as “naturezas” individuais, assim como a examinar sinais, marcas, cicatrizes, cores, vestimentas e traços individuais, chegando até o século XVII.²² São esses pequenos elementos dos antigos sistemas de conhecimento que, argumenta ele, continuamos a carregar nas certidões e nos papéis oficiais que demonstram, hoje, quem somos. Segundo Groebner, os documentos que levamos nos bolsos são, de fato, totalmente medievais, ecos daquela época, o que faz o autor não apenas renunciar, mas afastar a ideia de que existiu um momento específico para o aparecimento do individualismo moderno. Recusando-se ao contraste aparente entre a “Idade Média coletivizadora” e a “Renaissance individualista”, Groebner insiste que, se indivíduos foram reconhecidos antigamente pelos seus signos, é porque esses signos já eram disseminados na coletividade, com um significado minimamente estável. Preferindo falar de “identificação” e recusando-se ao termo “identidade”, o autor enfatiza que a identificação sempre se refere a um processo que envolve mais de uma pessoa: quem somos depende do que outros dizem de nós, mesmo que usemos marcas e signos para nos identificar. Há sempre, portanto, o envolvimento de ao menos duas pessoas nos processos de identificação, o que significa que ela tem protagonistas, enquanto a “identidade”, não: “É apenas pelo olhar dos outros que nos tornamos quem somos.”²³

Uma proposta específica do livro é importante no caso que examinamos: para Groebner, há duas maneiras muito diferentes de afirmar que uma pessoa é quem ela diz ser: uma é pelo *reconhecimento*; outra, pela *identificação*. A diferença entre elas pode ser assim resumida: “*reconhecemos* um rosto familiar a despeito da escuridão, fixando-nos nos menores detalhes, sejam eles a postura, o gesto, uma simples palavra – e muitas vezes até contra a nossa vontade”.²⁴ Por outro lado, *identificamos* alguém que nunca vimos antes por meio de “um procedimento muito diferente e mais entediante. Comparamos sua descrição com as feições individuais – gênero, altura, idade, cor dos olhos e cabelo – e quando

temos um número suficiente de correspondências, podemos assumir que é a pessoa em questão” (2007, p. 17). Quando este processo resulta em um documento de identificação, é a autoridade do emissor que legitima seu uso e atesta sua validade.²⁵ Como enfatiza Groebner em relação ao passaporte (mas que é válido para os documentos em geral): “O passaporte não é uma criação do indivíduo, mas da autoridade emitente” (2006, p. 156).²⁶

Voltamos, assim, ao drama encenado em Massachusetts, para relatá-lo seguindo um roteiro alternativo. A conduta do sargento Crowley pode ser assim resumida: ao responder a um chamado de um possível arrombamento de uma casa no centro de Cambridge, apesar de sua patente superior, atende a convocação por estar próximo ao local. Na calçada, encontra a mulher que ligou para a polícia e, na casa em questão, um senhor descontrolado, reclamando que um policial só apareceu à sua porta porque ele é negro. O mesmo senhor recusa-se a mostrar uma identidade que não a de professor de Harvard e ofende o policial com expressões rudes, além de chamá-lo de racista. Na presença de outros policiais que haviam chegado neste ínterim por solicitação de Crowley, o sargento o prende por conduta desordeira.

O que o sargento Crowley demanda é um documento que prove que Louis Henry Gates é mesmo quem dizia ser. Note-se que esta *não* é a razão alegada para a corporação policial posteriormente defender Crowley, mas, sim, a conduta descontrolada de Gates diante da autoridade do policial. Mas a exigência de um documento é parte da altercação e explica, em parte, a recusa do sargento em oferecer depois um pedido de desculpa pela detenção: como acrescenta em entrevista após o envolvimento do presidente Obama, a apresentação da carteira de motorista “teria ajudado”. Da perspectiva do policial, então, ele age dentro do roteiro do que Groebner chama de *identificação*, independentemente do fato de a prisão ter sido um ato excessivo ou não. Podemos, inclusive, lembrar que, chegado de uma viagem à China, Gates não mostra o passaporte – que certamente tinha à mão – como documento oficial de identificação.

Já Gates evita o procedimento formal e não cede às demandas do policial por se situar em ou-



tro registro, a saber, no que Groebner considera o contexto do *reconhecimento*. Gates é uma figura pública – um *scholar* renomado dos estudos afro-americanos de uma das maiores universidades do país, além de personagem regular da rede de televisão PBS (Public Broadcasting System); ele é uma espécie de “acadêmico-celebridade”, cujos documentários ao redor do mundo sobre questões de raça têm grande audiência nos Estados Unidos. Além disso, ele estava em sua casa, em sua cidade, situação em que o reconhecimento seria, em princípio, mais plausível do que a identificação. Assim, ele fornece ao policial a identidade que lhe dá maior prestígio: a de professor de Harvard.

Mas um elemento impede o reconhecimento que Gates antecipa: o policial *desconhece* quem ele é, portanto, não pode (*re)conhecê-lo*. Ao menos aparentemente, a identidade da universidade nada prova – ou, talvez, prove tanto em um registro não oficial que o sargento a rejeita e não se satisfaz com ela. Podemos inferir que o documento, sendo emitido por uma instituição privada, não tem a autoridade que a polícia possa reconhecer legalmente. É o que Crowley parece sugerir quando diz que, em todo o episódio, só tem uma desculpa a oferecer, (*des)conhecer* Gates – mas este é o gancho para dizer-se ainda mais perplexo por saber que um homem com tamanha erudição se comportava de forma tão perturbadora.

Que Gates atuava no terreno do reconhecimento fica claro tanto no comentário “You don’t know who you’re messing with” como no blog em que é entrevistado pela filha: “Ele estava investigando? Ele deveria ter saído e dito: ‘Desculpe-me senhor, boa sorte. Adorei sua série na PBS – até mais!’”. E continua: “Se ele tivesse me dado o seu cartão, eu teria lhe enviado um DVD!”, o que provoca riso. Em outro momento, depois de elogiar o sistema de justiça, mas vê-lo corrompido, pergunta: “E se eu fosse anônimo e estivesse em outro lugar?”²⁷ É por agir no terreno do reconhecimento que levanta a hipótese de um dia fazer um documentário sobre a situação que viveu.²⁸ O poder da mídia dá-lhe a munição para revidar o des-conhecimento de Crowley e mostrar a ele “com quem estava falando”.²⁹

Sugiro, portanto, que os mecanismos do “reconhecimento” e da “identificação” ajudam a afinar a

percepção deste evento cheio de nuances e de controvérsias: Gates recorrendo a *uma exceção* à identificação formal (porque já se sabe, ou Crowley deveria saber, quem ele é, *reconhecendo-o*, se não por sua atuação pública, pela identidade que a universidade produz); Crowley, *by the book*, atendo-se tanto à identificação como uma regra definida legalmente por meio de um documento oficial, quanto à cidadade e ao respeito como comportamentos prescritos. Este caso mostra que, apesar de a identificação formal ser o modo reconhecido e legítimo dos modernos Estados nacionais, ainda assim outras formas de estabelecer quem é quem operam no dia a dia por meio de lógicas aparentemente divergentes – embora seja a ausência do documento legítimo que leva Gates a ser preso.³⁰ Esta interpretação não invalida o comentário de Warner (2009) de que “os dois homens estavam, conscientemente ou não, seguindo [outros] *scripts* em suas mentes, estórias de vulnerabilidade e injustiça mais significativas que a presente”. Ou, ainda, o da colunista Maureen Dowd (2009) que, condenando a prisão por princípio, nota a batalha de egos em jogo: “o policial trabalhador branco vs. o mundano *scholar* negro, a cidade vs. a toga, a Academia de Polícia de Lowell vs. a Academia de Artes e Letras”, e relembra que, de Shakespeare a Hitchcock, identidades dúbias são bases de poderosas narrativas, especialmente quando envolvem “raça, classe e testosterona”.

Os seis minutos do evento

Um ano depois, o episódio voltou às páginas dos jornais com a divulgação de um relatório redigido por doze especialistas sobre legislação, administração de conflitos, relações comunitárias, gestão policial e relações raciais – especialistas oriundos de várias universidades e representantes dos próprios moradores da cidade de Cambridge.³¹ Este relatório de sessenta páginas, com o título “Missed opportunities, shared responsibilities”, não culpa nenhum dos principais personagens pelo ocorrido, mas considera ambos “faltosos” por terem perdido a oportunidade de minimizar o conflito que, tendo durado apenas seis minutos, ecoou em vários grupos em Cambridge e em todo o país, suscitando opiniões das mais diversas.



Nos dois extremos, segundo o próprio relatório, enquanto alguns viram o encontro como um exemplo de *racial profiling*, outros o perceberam como um exemplo de trabalho policial responsável. O comitê responsabilizou os dois: “O incidente de 16 de julho serve como um manual de como um policial e um membro da comunidade podem colidir se não partilham o senso de responsabilidade sobre como cooperar para o objetivo comum de se chegar a um encontro positivo que resulte no aumento da segurança pública” (CC, 2010, p. 4).

O longo relatório inclui uma sinopse do evento de 16 de julho de 2009, biografias elogiosas dos dois protagonistas em suas respectivas áreas de atuação, descrições obtidas em entrevistas com os dois envolvidos, considerações sobre o treinamento policial e recomendações. Apêndices incluem biografias breves dos membros do comitê, relatórios policiais do sargento Crowley e de um colega presente ao incidente, comunicados oficiais e análises de especialistas. A maior parte do texto focaliza práticas e orientações policiais, incluindo a relação entre justiça processual e considerações táticas e de segurança, o treinamento dos policiais, o exercício do discernimento do policial, zonas de conflito entre policiais e residentes. Elaborado para ter impacto e possível influência em outras cidades do país, o relatório é especialmente didático em relação às práticas policiais em geral, e específico em relação à maneira como a polícia pode atenuar conflitos com a população.

A ênfase do relatório na conduta policial é reveladora, por tirar de pauta alguns temas difíceis, sendo o mais contundente a própria questão racial. Esta é apenas insinuada na composição (multiétnica) do comitê, mas em nenhum momento explicitada.³² Oficialmente, o conflito fica basicamente circunscrito às dimensões legal e policial, o que revela com nitidez o quanto sensível é o tema, tornando-o mesmo tabu em determinados contextos. Mas se o relatório apenas sugere, a imprensa não: a reação de Crowley, de que “ninguém que me conheça pensa que a prisão foi de alguma maneira baseada em raça; prisões são baseadas estritamente no comportamento”, ecoou em outras do mesmo teor.³³

Uma segunda questão tem caráter sociológico: a prisão aconteceu diante de um grupo de policiais, da corporação e da universidade, que o próprio

Crowley chamou após Gates ter apresentado sua identidade de Harvard. Aqui podemos aventar a hipótese de que este contingente de oficiais, do qual Crowley era hierarquicamente superior no posto de sargento, possa ter influenciado na sua decisão resoluta de imediatamente prender Gates pelo desrespeito ostensivo e público a que foi submetido.

Por fim, um terceiro ponto diz respeito à produção de documentos de identidade, uma matéria simplesmente secundária no relatório. Embora o texto inclua uma seção do tipo “se... então poderia...” (CC, 2010, p. 3), em nenhum momento aludiu-se ao fato de o professor seguramente ter consigo seu passaporte, já que chegava de viagem ao exterior, o que poderia ter evitado que o conflito escalasse. A ausência de menção aos vários meios de identificação e, inclusive, a discussão sobre a validade (ou não) da identidade da universidade transformaram-se em “oportunidades perdidas” do próprio relatório. No verso do cartão de identidade de Harvard está assim definido: “This card is the property of Harvard University and is intended for University purposes only” (grifo no original).³⁴

Em relação à divulgação do texto, a reação dos dois envolvidos foi, como sempre, divergente, mas em um sentido simétrico invertido: representando Gates, Charles Ogletree, da Law School, aplaudiu o comitê pelas recomendações, mas sentiu que inúmeros fatos foram excluídos, inclusive o depoimento da vizinha, o que tornou o relatório “lamentavelmente decepcionante”³⁵. Já o sargento Crowley – que poderia ser visto como o mais atingido pelo relatório –, disse em comunicado que havia “aprendido muito durante o processo”, que continuava “com prometido com a cidade de Cambridge”, e que estava contente pelo fato de o comitê haver incluído sua versão dos fatos.

Arrematando com Peirce

Depois de considerar a distinção entre “reconhecimento” e “identificação”, proposta por Groebner (2007), chamo Peirce à cena para fechar o argumento e, eventualmente, aprofundar a análise.

Para Peirce, existem três modos de ser (*modes of being*), observáveis em quaisquer elementos ou



momentos: o da possibilidade qualitativa –*First*; o do fato concreto – *Second*; e o da lei que governará fatos no futuro – *Third*. Três é o número que define o significado, que nunca deriva de meras condições diádicas: apenas como exemplo, leste, oeste e acima são requisitos para se definir a diferença entre direita e esquerda (Peirce, 1955, p. 92).³⁶ Como Peirce parte da experiência para abranger o sentimento e o pensamento, é comum ele iniciar suas propostas pelo *Secondness* – exemplo que sigo aqui. Sugiro que o reconhecimento seja *Second* e a identificação, *Third*. A estes dois mecanismos, acrescento o *profiling* como *First* que completa a tricotomia.

Secondness é um evento, algo que acontece aqui e agora (*then and there*), quando “a atualidade é algo *bruto*”. Eventos etnográficos são, portanto, *Seconds*. Na ideia de realidade, o *Secondness* predomina, porque o real é aquilo que “insiste em forçar seu reconhecimento como algo *diferente* de uma [simples] criação da mente” (1955, p. 79). O real é ativo; nós o distinguimos ao chamá-lo *actual*. Então, a prisão de Gates, assim como o “reconhecimento” que ele esperava naquela circunstância (e não conseguiu obter) são também *Seconds*. As algemas no pulso de Gates são contundentes e indicam ação, causação e coerção.

Não tendo “re-conhecido” Gates, a reação de Crowley segue a modalidade que Peirce denomina *Thirdness*, a qual, baseada na convenção, rege os fatos do futuro. Assim, se para Peirce a ação é *Second*, a conduta é *Third*; a lei como força ativa é *Second*, mas, como ordem e legislação é *Third*. No evento em questão, embora o ato da detenção tenha sido *Second*, as regras e as orientações que Crowley segue são *Third*. É na base do *Thirdness*, isto é, da convenção, que a corporação policial apoia Crowley; ele seguiu os procedimentos para a ocasião. Sua exigência de que Gates apresentasse um documento, isto é, um objeto que provasse ser aquela a sua residência, assim como o grau de civilidade exigido em relação à autoridade policial, estão codificados legalmente. Crowley age dentro da lei, no âmbito do *Thirdness*.

Entre os documentos norte-americanos, a carteira de motorista é o padrão – um cartão que *identifica* o indivíduo por meio de várias informações, em princípio complementares e até mesmo redundantes: nome, foto, assinatura, endereço, número, validação oficial do Estado. A redundância sempre presente nos documentos de identidade não é uma imperfeição do sistema classificatório; ao contrário do senso comum, é uma forma de assegurar, de vários modos e perspectivas, de que se trata de *determinada* pessoa, *aquele* indivíduo que sustenta ser quem diz que é.³⁷

Documentos legais são, portanto, objetos mistos: na carteira de motorista norte-americana (assim como na identidade brasileira), a assinatura é predominantemente indéxica; a foto, icônica; o nome, um símbolo. Todos os elementos partilham da tríade peirceana do signo, mas as ênfases são diferentes em cada caso.³⁸ Assim, Crowley requereu um documento oficial com endereço; Gates ofereceu a identidade de Harvard. Esta, contendo alguns elementos de identificação, como nome, número de matrícula, ocupação, código de barras e validade, não *nega* quem ele é; antes, *sugere* ser ele uma pessoa singular, professor de uma grande universidade. No entanto, não *prova* que ele é o morador da casa cuja porta forçou. Além disso, se a carteira de motorista tem o reconhecimento da autoridade do estado na qual é emitida, a identidade da universidade é fornecida por uma instituição reconhecida, mas privada.

Resta-nos focalizar a vizinha que denuncia o suposto arrombamento. Aqui temos uma novidade: ela parece agir sob o domínio predominante do *Firstness*, modalidade que, para Peirce, se define como uma possibilidade cujas qualidades não têm identidades perfeitas, mas apenas semelhanças ou identidades parciais (1955, p. 77). *Firstness* é algo peculiar e idiossincrático, e é dominante no sentimento (*feeling*), isto é, distinto da percepção objetiva, da vontade e do pensamento. Por sentimento, Peirce indica uma consciência que não envolve análise ou comparação. Um sentimento não é, portanto, um evento; um sentimento é um *estado*. A mulhher “estereotipa” os dois homens que vêm na porta da casa e chama a polícia; coloca-os em uma classe ou categoria a partir de um perfil que tem em mente.

Sem análise, sem comprovação, o *profiling* pode ser apenas imaginário (como um verdadeiro *First*), mas afeta a sensação e faz com que os sentidos respondam a ela. Embora o primeiro sentido de *profile* seja “o contorno de um rosto, espe-



cialmente visto de lado”, a palavra inclui também “um conjunto de características ou qualidades que identificam um tipo ou uma categoria de pessoa ou coisa”.³⁹ Assim, embora Gates diga que não estereotipa, ele parece agir desta forma ao caracterizar o policial como racista no momento em que este surge à sua frente pedindo um documento. O mesmo ocorre com o sargento, em um sentido inverso, quando sugere que o professor *não* parecia alguém suspeito de arrombar uma casa alheia, mas, apesar disso, seu comportamento era perturbador.

A evidência de que o *profiling* é antagônico à convenção e à lei é, hoje, lugar comum, embora alguns estados norte-americanos sejam tentados a adotá-lo.⁴⁰ O evento que examinamos indica como as tentativas de transitar deste sentimento (*First*) para a compreensão e a análise (isto é, *Third*) são realizadas até mesmo em cursos regulares, como o que o próprio sargento Crowley oferece na Lowell Academy of Police, de “Racial profiling”. Em suma, sobrepor a tricotomia de Peirce aos dois tipos de Groebner torna o instrumental analítico mais apurado: o diálogo entre esses dois autores nos faz associar *profiling* a *Firstness*, reconhecimento a *Secondness* e identificação a *Thirdness*.⁴¹

Peirce não foi modesto em suas pretensões intelectuais, aspirando, inclusive, a “delinear uma teoria tão abrangente que o trabalho inteiro do pensamento humano apareceria como um preenchimento dos seus detalhes” (Brent, 2003, p. 25). A “descoberta” da tricotomia *profiling*-reconhecimento-identificação pode ser atribuída ao seu talento, indicando como o ideal dos documentos de identidade é uma aspiração, mas não um fato incontestável das sociedades modernas. Na verdade, é no contexto negativo, mas predominante, do *profiling* (e também do reconhecimento) que se insere a assertividade dos documentos, que, em princípio, assegurariam que uma pessoa é quem diz ser, pela força da convenção e da lei. Nem sempre com sucesso as sociedades modernas procuram eliminá-lo, condenando-o legal e moralmente. A exigência, a que estamos constantemente sujeitos, para que nos identifiquemos não desaparecerá, tampouco irão diminuir as ambiguidades intrínsecas aos papéis legais. Os usos variados a que os submetemos continuarão a ser parte inerente do *script* da vida dos

documentos. Se a questão racial tornou o evento Gates-Crowley fértil para o exame das sutilezas nas diversas formas pelas quais provamos ser quem dizemos ser, é porque os documentos legais de identidade se tornaram objetos legitimamente reconhecidos nos Estados modernos –, mas comprovadamente não os únicos a operar.

Concluído

Há décadas antropólogos vivem em um universo orientado por dicotomias e binarismos. Herança do estruturalismo em suas versões vulgarizadas e, por essa via, das propostas da linguística de Saussure, imagens acústicas vinculadas a conceitos tornaram-se a chave que, nas últimas décadas, abriu as portas interpretativas de fenômenos como parentesco, mitos, tabus e várias outras manifestações humanas. Nesse processo, ficou para trás a afirmação de Malinowski, de que

[...] não há nada mais perigoso do que imaginar que a linguagem é um processo correndo paralelo e correspondendo exatamente ao processo mental, e que a função da linguagem é refletir ou duplicar a realidade mental do homem em uma corrente secundária de equivalentes verbais (1935, p. 7, tradução minha).

A retomada da etnografia como ponto nodal da própria teoria antropológica, contudo, fez com que pesquisadores se ressentissem da camisa de força dos binarismos, já que, desde Durkheim, ação e pensamento sempre foram apreendidos como indelevelmente ligados. É hora, portanto, de reabilitar Malinowski, tanto no sentido de uma “teoria etnográfica” por ele proposta, como pela inclusão da ação social como produtora de significados, sem deixar de lado a percepção contemporânea do “ponto de vista nativo”. É nesse contexto que Peirce pode representar uma lufada de ar fresco, inspirando-nos a abrir espaço para o *real vivido*, para o objeto da ação, para o *Secondness*, para o imprevisível e para os “imponderáveis”.

Neste contexto, os eventos etnográficos tornam-se, assim como os rituais em tempos passados,



a trilha de uma antropologia que se quer compreensiva e, portanto, consequente em termos teóricos e políticos. Não se trata de inaugurar uma nova antropologia, mas de ser “pouco original de uma nova maneira”, ou, como reforça Alfred Gell ao propor uma antropologia da arte, de “desenvolver uma nova variante da *teoria antropológica existente*” (1998, p. 4, grifo no original). Dessa perspectiva, a ação é tão privilegiada quanto a palavra, e o dito e o feito são concebidos como par inseparável, uma ideia proposta por Edmund Leach há quase cinquenta anos.⁴² Mais recentemente, E. Valentine Daniel reforçou este ponto de vista ao examinar episódios de violência no Sri Lanka: “A divisão mais significativa não está entre os teóricos do consenso e os contestatórios, mas entre aqueles que privilegiam a palavra – grupo do qual a maioria dos acadêmicos faz parte – e os que privilegiam o feito” (1996, p. 199). Eu compartilho essa ideia, assim como sigo o exemplo de Stanley Tambiah, quando, ao analisar a decisão da Suprema Corte dos Estados Unidos sobre a queima da bandeira norte-americana com a finalidade de “corrigir a assimetria [no discurso intelectual ocidental]”, aceita que há contextos “nos quais relações icônicas e indéxicas são convertidas em ‘relações de participação’” (1996, p. 38). Peirce continua sendo uma sólida inspiração. Admitindo que a abordagem antropológica pode ser útil e relevante onde e quando encontramos eventos etnográficos significativos, neste ensaio aproveitei a atenção que o episódio entre Gates e Crowley recebeu da mídia e do público nos Estados Unidos – gerada por mal-entendidos e confrontações entre os dois protagonistas, assim como pela disputa racial em que estiveram envolvidos – para examinar as diversas maneiras pelas quais, a despeito do lugar central que a documentação tem na vida dos Estados modernos, passamos a maior parte da vida *profiling*, reconhecendo e/ou identificando uns aos outros sem cessar.

Notas

1 Meu interesse pelos documentos de identidade teve início no contexto de uma pesquisa sobre o impacto do então Programa de Desburocratização em regiões

não metropolitanas no início dos anos de 1980 (Peirano, 1986). Uma segunda etapa ampliou a investigação para incluir o universo de papéis oficiais no Brasil, quando procurei desvendar a lógica semântica dos signos utilizados nos documentos e a ação da redundância nesses objetos de identificação (Peirano, 2006). Foi quando me deparei com alguns aspectos singulares, em termos comparativos, do caso norte-americano, especialmente a ausência de uma identidade nacional, e o fenômeno do *identity theft* (Peirano, 2009). Este ensaio é uma continuação dessa série, procurando agora ampliar o leque dos mecanismos lógicos das identificações contemporâneas.

- 2 O livro *O pensamento selvagem*, de Lévi-Strauss, é a referência maior da antropologia sobre classificação e individualização, depois dos trabalhos clássicos de Mauss sobre a noção de pessoa e classificação primitiva. Ver Fry (2005, 2009), sobre a genealogia das taxonomias “raciais” no Brasil, e Nogueira (1985, 2008), sobre o preconceito racial no Brasil e nos Estados Unidos.
- 3 Ver, especialmente, Cunha (2002) para as práticas de identificação no início do século XX, no antigo Distrito Federal, e seu poder disciplinar na reforma penal implementada pelo Estado autoritário na década de 1930.
- 4 Embora posteriormente duas fontes recontem o caso em detalhe – (i) o dossier “Missed opportunities, shared responsibilities” (*Cambridge Review Committee*, 2010), que oferece uma descrição e as versões dos envolvidos, e (ii) Ogletree (2010), que narra o caso como advogado de Gates –, seguirei a ordem pela qual os eventos se tornaram públicos. *The Harvard Crimson* publicou, em 20 de julho de 2009, a primeira matéria sobre o assunto (disponível em <<http://www.thecrimson.com/article/2009/7/20/renowned-af-am-professor-gates-arrested-for/>>).
- 5 O jornal, fundado em 1873, considera-se o único diário de Cambridge e serve como um laboratório para estudantes, muitos dos quais se tornam jornalistas renomados (disponível em <www.thecrimson.com>). O jornal é gratuito dentro do *campus* da universidade.
- 6 No original: “[Y]ou don’t know who your [sic] messing with”.
- 7 O sargento atendeu o chamado por estar perto da ocorrência. Na hierarquia policial, o sargento (*sergeant*) é superior ao policial (*officer*) e reporta ao chefe de polícia. Entre sargento e chefe de polícia, está o tenente (*lieutenant*), que supervisiona os sargentos e os policiais (disponível em <http://www.ehow.com/facts_5763736_different-ranks-police-officer_.html>, acessado em 15 jul. 2010).



- 8 Gates não poderia ser preso dentro de casa, a não ser com um mandado.
- 9 Aos 14 anos de idade, Gates fraturou a junção do quadril, resultando em uma condição chamada de “escorregamento epifisário”, em decorrência da qual tem uma diferença entre a perna direita e a esquerda. Ver O’Hagan (2003).
- 10 “Massachusetts: union backs sergeant who arrested Harvard professor”, *The New York Times* (doravante *NYT*), 23 jul. 2009.
- 11 Faço referência às “cores”/“raças” a partir das definições encontradas na mídia ou pelos próprios envolvidos nos artigos mencionados. Por exemplo, sobre a prefeita, ver “Officer defends arrest of Harvard professor”, *NYT*, 24 jul. 2009.
- 12 Ver <<http://gawker.com/5325278/colin-powell-on-henry-louis-gates-he-shouldve-chilled-out>>, acessado 16 fev. 2010.
- 13 Ver “Harvard scholar won’t be charged”, *NYT*, 22 jul. 2009.
- 14 Cf. “Obama criticizes arrest of Harvard professor”, *NYT*, 23 jul. 2009.
- 15 “Obama wades into a volatile racial issue”, *NYT*, 23 jul. 2009. Posteriormente, sua intervenção foi considerada “um erro desastroso”. Disponível em <<http://www.nytimes.com/2009/07/23/us/23race.html>>.
- 16 “Sergeant who arrested professor defends actions”, *NYT*, 24 jul. 2009.
- 17 No original: “That would have been helpful”. A identidade de Harvard tem o formato e informações de um cartão de crédito. A carteira de motorista possui também endereço e é expedida pelo Department of Motor Vehicles do estado da federação do residente.
- 18 Ver “Officer defends arrest of Harvard professor”, *NYT*, 24 jul. 2009.
- 19 Ver reportagens do *The New York Times* entre 25 e 27 jul. 2009.
- 20 Ver “Over beers, no apologies, but plans to have lunch”, *NYT*, 30 jul. 2009.
- 21 Diz Groebner (2006) em uma entrevista online: “Confesso que, apesar de ser um historiador interessado nos séculos XV e XVI, a forma como vejo o meu material é sempre informado pelo mundo no qual vivo”.
- 22 Uma parte fascinante do livro *Who are you?* registra a utilização das categorias de cor dos indivíduos na Idade Média e indica como o esquema a que estamos familiarizados hoje só foi estabelecido no século XIX. Por exemplo, as cores medievais principais – branco, vermelho, preto – não eram cores da pele no sentido moderno, mas cores do corpo que se referiam a outros traços pessoais e à compleição da pessoa.
- 23 Groebner (2007, p. 36). Ver, também, Crapanzano (1992), para desdobramentos desta perspectiva.
- 24 Em pesquisa nos anos de 1980, no município de Rio Paranaíba, ouvi o comentário de que lá o programa de desburocratização então em curso era desnecessário, já que todos se conheciam (Peirano, 1986). Nos termos de Groebner, em Rio Paranaíba dominava o “reconhecimento” e não a “identificação”.
- 25 Na última década documentos legais de identidade passaram a ser objeto de exame de vários historiadores e cientistas sociais. Hoje existe uma literatura consistente, se não exaustiva, sobre esses documentos. Entre eles podemos citar Caplan (2001), Scott *et al.* (2002), Torpey (1998), DaMatta (2002), Oliven (2001), Peirano (1986, 2006, 2009); Riles (2006) sobre documentos como artefatos; Goody (1977, 1986) sobre a escrita e a organização da sociedade; Fraenkel (1992, 2002) sobre a história da assinatura e os grafites pós-setembro de 2001 em Nova York; Ferrari (2007) sobre o caso da rebelião do cocheiros em Buenos Aires; Gell (1998) sobre a relação entre pessoas *via* objetos, além, naturalmente, das exemplares histórias de fraudeadores (Davis, 1983; Chatterjee, 2002).
- 26 Disponível em <<http://www.cabinetmagazine.org/issues/22/index.php>>.
- 27 Cf. Elizabeth Gates, “My daddy, the jailbird”, *The Daily Beast*. Disponível em <www.thedailybeast.com/blogs-and-stories/2009-07-22/my-daddy-the-jailbird>, acessado em 21 mar, 2011.
- 28 Seis meses depois do episódio, Gates pretende doar as algemas com que foi preso – que conseguiu com o sargento Crowley posteriormente – para o Smithsonian’s National Museum of African American History and Culture (Gates, 2010).
- 29 Este é um bom exemplo do que DaMatta (1979) chama de a lógica relacional, expresso no dito usado no Brasil “Você sabe com quem está falando?”.
- 30 Ver Tambiah (1996) para a convivência da lógica da participação (que enfatiza a comunicação sensorial e afetiva) e a lógica da causalidade (que ressalta a racionalidade da ação instrumental e a linguagem da cognição).
- 31 Ver *Cambridge Review Committee*, 2010 (doravante CC).
- 32 Foi necessário um trabalho minucioso para reconhecer o caráter “multiétnico” do comitê, que incluiu a leitura cuidadosa das biografias dos seus membros, assim como sucessivas visitas ao Google.



- 33 Reportagem disponível em <http://www.usatoday.com/news/nation/2010-06-30-harvard-professor-arrest_N.htm>.
- 34 Tenho ciência, no entanto, de que as identidades fornecidas pelas universidades com frequência são aceitas como documentos oficiais, mas para isso dependem da boa vontade de quem as recebe.
- 35 Disponível em <http://www.usatoday.com/news/nation/2010-06-30-harvard-professor-arrest_N.htm>.
- 36 Antropólogos estão acostumados ao pensamento triádico: para Hertz, a mão direita só era oposta à esquerda em relação ao terceiro elemento, que é o corpo humano; para Dumont, em aparentes oposições binárias existe um componente hierárquico pelo qual o todo abrange os elementos.
- 37 Para exemplos de outras situações etnográficas em que a redundância é fundamental na identificação, ver Peirano (2006, 2009). Fraenkel (1992) – também citado em Caplan (2001, p. 52) – propõe que, embora os elementos da identidade sejam heterogêneos e desordenados, os signos elementares da identidade moderna se convencionam como o nome, a fotografia e a impressão digital. Caplan comenta que esses elementos correspondem, “por meio de uma lógica que certamente não é acidental”, à tricotomia de Peirce, composta por símbolo, ícone e índice.
- 38 Tratando-se de uma teoria semiótica de grande precisão lógica, a síntese aqui apresentada é breve e refere-se apenas a uma das tricotomias tipológicas de Peirce. Para uma introdução básica à semiótica do autor, ver Peirce (1955). Cito uma das várias passagens-síntese: “A progressão regular de um, dois, três pode ser reconhecida nas três ordens de signos, Ícone, Índice e Símbolo. O Ícone não tem qualquer conexão dinâmica com o objeto que representa; suas qualidades simplesmente se assemelham às daquele objeto e estimulam sensações análogas na mente do intérprete. [...] O Índice está fisicamente conectado ao seu objeto; eles formam um par orgânico, mas a mente que interpreta nada tem a ver com essa conexão, exceto reconhecê-la depois que ela é estabelecida. O Símbolo está conectado com seu objeto pela eficiência da ideia na mente que o utiliza, sem a qual essa conexão não existiria” (1955, p. 114, tradução minha).
- 39 Disponível em <www.dictionary.reference.com>.
- 40 Ver o caso do estado do Arizona, que permite que os policiais confirmem o *status* de imigração de qualquer pessoa suspeita de estar ilegalmente no país. Este procedimento, teme-se, pode vir a ser “um convite ao racial profiling e uma intrusão à autoridade fe-
- deral” (ver “D. I. Y. immigration reform”, *NYT*, 19 mar. 2011).
- 41 Makihara (2010) relata como o *profiling* é aceito legalmente pela polícia no Japão. Por ser mais alta que a maioria da população, costuma ser detida para exame policial. Embora não exista a palavra *profiling* em japonês (aliás, nem em português), a Lei Executiva dos Deveres da Policia estabelece que “um policial pode parar e interrogar qualquer pessoa que possa ser suspeita de haver cometido ou esteja para cometer um crime”.
- 42 Ver Leach (1966), Tambiah (1985) e Peirano (2002).

BIBLIOGRAFIA

- BRENT, Joseph. (2003), *Charles Sanders Peirce: a life*, Bloomington, Indiana University Press.
- CAMBRIDGE REVIEW COMMITTEE. (2010), “Missed opportunities, shared responsibilities”. Final report of The Cambridge Review Committee. Disponível em <http://www.cambridge.gov/CityOfCambridge_Content/documents/Cambridge%20Review_FINAL.pdf>.
- CAPLAN, Jane. (2001), “This or that particular person: protocols of identification in nineteenth-century Europe”, in J. Caplan e J. Torpey (orgs.), *Documenting individual identity*, Princeton, Princeton University Press, pp. 49-66.
- CHATTERJEE, Partha. (2002), *A princely impostor? The strange and universal history of the Kumar of Bhawal*. Princeton, Princeton University Press.
- CLANCHY, M. T. (1979), *From memory to written record: England 1066-1307*. Londres, Blackwell.
- CRAPANZANO, Vincent. (1992), *Herme's dilemma & Hamlet's desire: on the epistemology of interpretation*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- CUNHA, Olívia Maria Gomes da. (2002), *Intenção e gesto: pessoa, cor e a produção cotidiana da (in)diferença no Rio de Janeiro, 1927-1942*. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.
- DAMATTA, Roberto. (1979), *Carnavais, malandros e heróis*. Rio de Janeiro, Zahar Editores.
- . (2002), “A mão visível do Estado: notas sobre o significado cultural dos documen-



- tos na sociedade brasileira". *Anuário Antropológico*, 99: 37-64.
- DANIEL, E. V. (1996), *Charred lullabies: chapters in an anthropography of violence*. Princeton, Princeton University Press.
- DAVIS, Natalie Z. (1983), *The return of Martin Guerre*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- _____. (2007), "Kingdoms of paper". *London Review of Books*, 29 (20): 17-18.
- DOWD, Maureen. (2009), "Bite your tongue". *The New York Times*, 26 jul. (disponível em <<http://www.nytimes.com/2009/07/26/opinion/26dowd.html>>)
- FERRARI, Mercedes. (2007), "Una marca peor que el fuego": los cocheros de la ciudad de Buenos Aires y la resistencia al retrato de identificación", in L. Caimari (org.), *La ley de los profanos (1870-1940)*, Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, pp. 99-133.
- FRAENKEL, Béatrice. (1992), *La signature: genèse d'un signe*. Paris, Gallimard.
- _____. (2002), *Les écrits de septembre. New York 2001*, Paris, Textuel.
- FRY, Peter. (2005), *A persistência da raça: ensaios antropológicos sobre o Brasil e a África austral*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.
- _____. (2009), "The politics of 'racial' classification in Brazil". *Journal de la Société des Américanistes*, 95 (2): 261-282.
- GATES, Elizabeth. (2009), "My daddy, the jailbird". *The Daily Beast*, 22 jul. (disponível em <<http://www.thedailybeast.com/blogs-and-stories/2009-07-22/my-daddy-the-jailbird/full>>).
- GATES, Henry Louis. (2010), "Interview: the importance of ancestry". *The Oprah Winfrey Show*. Television Broadcast. ABC, Chicago, 9 mar.
- GELL, Alfred. (1998), *Art and agency: an anthropological theory*. Oxford, Clarendon Press.
- GOODY, Jack. (1977), *The domestication of the savage mind*. Cambridge, Cambridge University Press.
- _____. (1986), *The logic of writing and the organization of society*. Cambridge, Cambridge University Press.
- GROEBNER, Valentin. (2004), *Defaced: the visual culture of violence in the late Middle Ages*. Nova York, Zone Books.
- _____. (2006), "Ready for inspection: an interview with Valentin Groebner (by David Serlin)". *Cabinet Magazine* 22, disponível em <<http://www.cabinetmagazine.org/issues/22/serlin.php>>.
- _____. (2007), *Who are you? Identification, deception, and surveillance in Early Modern Europe*. Nova York, Zone Books.
- LEACH, Edmund. (1966), "Ritualization in man". *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*, series B, 251(772), pp. 403-408.
- MALINOWSKI, Bronislaw. (1935), *Coral gardens and their magic*. Bloomington, Indiana University Press, vol. 2.
- MAKIHARA, Kumiko. (2010), "Too tall for Japan?" *The New York Times*, 7 jul, disponível em <<http://www.nytimes.com/2010/07/08/opinion/08iht-edkumiko.html>>.
- NOGUEIRA, Oracy. (1985), *Tanto preto quanto branco: estudos de relações raciais*. São Paulo, T. A. Queiroz.
- _____. (2008), "Skin color and social class". *Vibrant*, 5 (2): xxix-li. Disponível em <http://www.vibrant.org.br/downloads/v5n1_oracy_en.pdf>.
- OGLETREE, Charles. (2010), *The presumption of innocence: the arrest of Henry Louis Gates, Jr. and race, class and crime in America*. New York, Palgrave Macmillan.
- OLIVEN, Ruben. (2001), "De olho no dinheiro nos Estados Unidos". *Estudos Históricos*, 27: 206-235.
- O'HAGAN, Sean. (2003), "The biggest brother: interview with Henry Louis Gates, black America's foremost intellectual". *The Observer*, 20 jul., disponível em <<http://www.guardian.co.uk/books/2003/jul/20/society>>.
- PEIRCE, Charles. (1955), *Philosophical writings of Peirce*. Nova York, Dover.
- PEIRANO, Mariza. (1986), "Sem lenço, sem documento: reflexões sobre cidadania no Brasil". *Sociedade e Estado*, 1 (1): 49-64.
- _____. (2006), "A lógica múltipla dos documentos", in M. Peirano, *A teoria vivida e outros ensaios de antropologia*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, pp. 135-153.



- _____. (2009), “O paradoxo dos documentos de identidade: relato de uma experiência nos Estados Unidos”. *Horizontes Antropológicos*, 32: 53-80.
- _____. (org.). (2002), *O dito e o feito: ensaios de antropologia dos rituais*. Rio de Janeiro, Relume Dumará.
- RILES, Annelise. (2006), *Documents: artifacts of modern knowledge*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.
- TAMBIAH, Stanley J. (1985), *Culture, thought and social action*. Cambridge, MA, Harvard University Press.
- _____. (1996), “Relations of analogy and identity: toward multiple orientations to the world”, in D. Olson e N. Torrance (orgs.), *Models of thought: explorations in culture and cognition*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 34-52.
- SCOTT, J.; TEHRANIAN, J. & MATHIAS, J. (2002), “The production of legal identities proper to states: the case of the permanent family surname”. *Comparative Studies in Society and History*, 44: 4-44.
- TORPEY, John. (1998), *The invention of the passport: surveillance, citizenship and the state*. Cambridge, Cambridge University Press.
- WARNER, J. (2009), “A lot said, and unsaid, about race”. *The New York Times*, 27 jul., disponível em <<http://opinionator.blogs.nytimes.com/2009/07/26/a-lot-said-and-unsaid-about-race/>>, acessado em 18 abr. 2011.



**IDENTIFIQUE-SE! O CASO
HENRY GATES VERSUS JAMES
CROWLEY COMO EXERCÍCIO
ANTROPOLÓGICO**

Mariza Peirano

Palavras-chave: Documentos de identidade; Henry Louis Gates; Reconhecimento; Identificação; Charles Peirce.

No mundo moderno, documentos são aqueles objetos indispensáveis, sem os quais não conseguimos demonstrar que somos quem dizemos ser. Precisamos de provas materiais que atestem a veracidade da nossa auto-identificação. Neste ensaio, a prisão do professor Henry Louis Gates, Jr. pela polícia da cidade de Cambridge, Massachusetts, nos Estados Unidos, é analisada de modo a verificar os mecanismos por meio dos quais se realizam os processos de classificação e singularização no mundo contemporâneo, que, além da identificação, incluem o reconhecimento e o *profiling*.

**ID, PLEASE? THE HENRY GATES
VERSUS JAMES CROWLEY CASE
AS AN ANTHROPOLOGICAL
EXERCISE**

Mariza Peirano

Keywords: ID papers; Henry Louis Gates; Recognition; Identification; Charles Peirce.

In the modern world, ID papers are those indispensable objects without which we cannot prove we are whom we say we are. We need material proof that attests our identification since we cannot demonstrate, by ourselves, that we are this or that particular person. In this essay, the arrest of Professor Henry Louis Gates, Jr. by the policy of the city of Cambridge, Massachusetts, USA, in 2009, is examined so as to detect the mechanisms by which the processes of classification and singularization are accomplished in the modern world which include, besides identification, recognition and profiling.

**VOS PAPIERS, S'IL VOUS PLAÎT !
L'AFFAIRE HENRY GATES
VERSUS JAMES CROWLEY EN
TANT QU'OBJET D'EXERCICE
ANTHROPOLOGIQUE**

Mariza Peirano

Mots-clés: Papiers d'identité; Henry Louis Gates; Reconnaissance; Identification; Charles Peirce.

Dans le monde moderne, les papiers d'identité sont des objets indispensables, sans lesquels nous ne pouvons démontrer que nous sommes celui que nous affirmons être. Nous avons besoin de preuves matérielles attestant la véracité de notre auto-identification. Dans cet essai, la détention du professeur Henry Louis Gates, Jr. par la police de la ville de Cambridge, Massachusetts, aux États-Unis, est analysée de manière à examiner les mécanismes par lesquels se réalisent les processus de classification et de singularisation dans le monde contemporain qui, outre l'identification, incluent la reconnaissance et le *profiling*.

